

>>>Continuação

c. Vencimento dos contratos classificados no passivo não circulante - Os montantes a longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	2020	2019
2021	-	34.278
2022	57.481	33.839
2023	51.252	33.720
2024	13.207	18.192
2025 Acima	11.239	-
	133.179	120.029

d. **Garantias** - Os empréstimos e financiamentos são garantidos por contas vinculadas, e aval cruzado do acionista pessoa física. e. **Cláusulas restritivas (Covenants)** - Os contratos de empréstimos e financiamentos mantidos pela Companhia junto às instituições financeiras contêm cláusulas usuais de compromissos ("covenants"), relacionados a aspectos administrativos, operacionais e financeiros. Dentre os saldos passivos, a Companhia possui em 2020 duas dívidas com saldo total de R\$ 40.108 (R\$ 57.556 em 2019) a vencer entre 2020 e 2023 onde estes contratos contêm *covenants* financeiros que estabeleçam que ao final do exercício de 2020: • O capital circulante líquido (CCL) seja maior ou igual a 0,9; e • A Dívida líquida dividida pelo EBITDA seja menor que 2,7. • Para a análise dos indicadores acima, os contratos preveem que sejam consideradas as demonstrações financeiras da Santa Maria Cia de Papel e Celulose em conjunto com as demonstrações financeiras da Reflorestadora São Manoel Ltda. (Empresa pertencente ao mesmo grupo econômico). Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia está em conformidade com todas as obrigações e índices financeiros requeridos pelos contratos de empréstimos e financiamentos, de tal forma que o empréstimo foi classificado em linha com o cronograma de liquidação previsto no contrato. 16. **Programa de recuperação fiscal** - Em 2020, a Companhia aderiu ao REFIS, para parcelamento de débitos tributários junto a Receita Federal e à Procuradoria Geral da Fazenda Nacional. Em julho de 2003, a Companhia migrou para o Parcelamento Especial - Lei 10684 - PAES, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais. Em setembro de 2006, a Companhia aderiu ao Parcelamento Excepcional - PAEX, considerando o disposto nas MP's nº 303/06 e 315/06 e a IN nº 663/06 da Secretaria da Receita Federal. Em agosto de 2009, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), instituído pela Lei nº 11.941/09 e pela Medida Provisória nº 470/2009, visando equalizar e regularizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Em outubro de 2017, a Companhia aderiu ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária) referente a existência do Processo Administrativo Fiscal número 10940722173/2013-49. A opção selecionada pela Administração na adesão ao parcelamento está baseada no Artigo 2º, Inciso IV, da Lei 13.796 de 24/10/2017, com pagamento mínimo de 24% (vinte e quatro por cento) da dívida consolidada, dividido em 24 (vinte e quatro) parcelas e o restante liquidado com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativo da CSLL. A Companhia está efetuando os pagamentos dentro dos vencimentos estabelecidos. Conforme nota 13, a Companhia ofereceu parte do ativo imobilizado, constituído por um Imóvel Rural denominado Fazenda Três Capões de área de 10.571 m², constituído por área industrial composta por oficina e almoxarifado, conforme matrícula 13.412, como garantia no programa de parcelamento fiscal. O valor contábil deste terreno em 31 de dezembro de 2020 é de R\$ 181.

a. **Movimentação dos saldos**

	2020	2019
Saldo em 31 de dezembro de 2018		14.875
Pagamentos efetuados	(6.610)	-
Consolidação de parcelamento fiscal	1.946	-
Atualizações monetárias (nota 23)	425	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019		10.636
Consolidação de parcelamento fiscal	-	-
Atualizações monetárias (nota 23)	179	-
Pagamentos efetuados	(3.294)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020		7.521
Circulante	2.722	-
Não circulante	4.799	-
	7.521	7.521

Os saldos dos parcelamentos são atualizados pela SELIC. Por ter aderido ao programa, a Companhia se obriga ao pagamento das parcelas sem atraso superior a três meses, bem como a existência das ações judiciais e renúncia a qualquer alegação de direito sobre a qual se funda as referidas ações, sob pena de imediata rescisão do parcelamento. Bens do ativo imobilizado foram oferecidas como garantia aos pagamentos.

b. **Composição por ano de vencimento**

Ano	2020	2019
2020	-	3.133
2021	2.722	2.879
2022	1.888	1.854
2023	1.888	2.860
2024 e seguintes	1.022	-
	7.521	10.636

17. **Imposto de renda e contribuição social - a. Composição dos saldos de tributos diferidos** - Os saldos de ativos e passivos diferidos reconhecidos apresentam-se como segue:

	Diferido ativo	Diferido passivo	2020	2019
Valor justo de ativo fixo ("deemed cost")	-	(52.606)	(58.472)	-
Ajuste de depreciação pela vida útil	-	(22.407)	(22.947)	-
Custos de empréstimos capitalizados	-	(7.563)	-	-
Impairment de ativo imobilizado	5.560	-	-	-
Outros	-	(3.852)	(3.852)	-
	5.560	(78.864)	(92.942)	-
Tributos diferidos passivos, líquidos	-	(73.304)	(87.364)	-

b. **Constituição despesa do imposto de renda e da contribuição social** - A conciliação do imposto de renda e da contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2020	2019
Lucro antes dos tributos	61.377	51.573
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	(20.868)	(17.535)
Outras exclusões (adições)	3.481	(1.830)
IRPJ e CSLL apurados	(17.387)	(19.365)
Correntes	(26.605)	(19.523)
Diferidos	9.218	158
IRPJ e CSLL apurados	(17.387)	(19.365)
Alíquota efetiva	28%	38%

Aos Administradores da Santa Maria Cia. de Papel e Celulose

Guarapuava - Paraná

Opinião - Examinamos as demonstrações financeiras da Santa Maria Cia. de Papel e Celulose ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santa Maria Cia. de Papel e Celulose em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião** - Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo

SANTA MARIA CIA. DE PAPEL E CELULOSE - CNPJ: 77.887.917/0001-84

18. **Provisão para ações judiciais e depósitos judiciais**

	Depósitos judiciais	
	2020	2019
Depósitos judiciais de natureza tributária (i)	3.200	3.157
Depósitos judiciais de natureza trabalhista	824	778
	4.024	3.935

(i) Os depósitos judiciais de natureza tributária referem-se ao processo nº 2006.70.06.002956-4, referente à exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Companhia ingressou com a ação em 29/09/2006. Atualmente a Companhia já conta com acórdão favorável em juízo de confirmação do acórdão em Repercussão Geral, afastando expressamente o valor do ICMS destacado da base do PIS e da COFINS (disponibilização em 03/10/2018) e aguarda eventual embargo de declaração da União ou o próprio trânsito em julgado. A Companhia está atualmente avaliando os impactos e desfecho decorrente da decisão do STF ocorrida em maio de 2021 relativo a exclusão do ICMS da base do PIS e da COFINS. b. **Natureza das contingências** - A Companhia é parte envolvida em ações tributárias, cíveis e trabalhistas, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. A Companhia, com base na opinião de seus advogados internos e de seus consultores legais externos, avalia a necessidade ou não de provisão para cobrir eventuais riscos de contingências. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a Companhia não possuía processos para os quais houvesse necessidade de constituição de provisão para contingências. c. **Perdas possíveis, não provisionadas no balanço** - A Companhia é parte em ações de natureza tributária, cível e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída.

	2020	2019
Cível	-	-
Tributário (i)	10.814	11.065
Trabalhista	1.782	2.715
	12.596	13.780

(ii) Os processos de natureza tributária referem-se principalmente ao processo 6567752/0 no valor de R\$ 2.934 referente ao crédito de ICMS de ativo permanente, ao processo 1094072215/2013-41, no valor de R\$ 7.764, referente despesas de depreciação do ativo imobilizado, bem como ao processo 10940722173/2013-49, no valor de R\$ 32.739 referente a um auto de infração, o qual encontra-se "suspensão" tendo em vista a adesão da Companhia ao PERT (Programa Especial de Regularização Tributária), conforme nota 16. 19. **Patrimônio líquido - a. Capital social** - Em 31 de dezembro de 2020, o capital social é dividido em 19.306.674 (em 2019, 14.858.223) ações ordinárias sem valor nominal, conforme composição a seguir:

	2020	2019
Santa Maria Administração e Participação S.A.	17.131.550	12.683.099
Pessoas físicas residentes no país	2.175.124	2.175.124
	19.306.674	14.858.223

Em 27 de fevereiro de 2020, através da 99ª assembleia geral extraordinária, os acionistas da Companhia deliberaram pelo aumento do capital social no montante de R\$ 51.291, através da emissão de 4.448.451 ações ordinárias integralizado pela Santa Maria Administração e Participação S.A. A integralização ocorreu com a utilização de crédito de valores detidos pela Santa Maria Administração e Participação S.A. b. **Ajustes de avaliação patrimonial** - A Companhia reconhece nesta rubrica os saldos da reserva de reavaliação, bem como o valor justo correspondente ao *deemed cost*. O efeito acumulado será revertido, quando aplicável, para o resultado através da depreciação dos bens reavaliados ou através da alienação do imobilizado. c. **Dividendos** - Conforme o estatuto social da Companhia, deverão ser distribuídos 25% do lucro como dividendos mínimos, após a compensação de prejuízos acumulados. Considerando que a Companhia possui prejuízos acumulados, não foram distribuídos dividendos. 20. **Receita operacional líquida** - A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos. A receita proveniente de vendas dos produtos e serviços é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado de forma confiável, significantes riscos e benefícios inerentes ao produto são transferidos para o comprador, ou seja, a Empresa não detém mais envolvimento com o produto vendido e é provável que os benefícios econômicos sejam gerados a seu favor. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa de sua realização. A tabela a seguir demonstra a geração de receitas em 2020 e 2019:

	2020	2019
Receita bruta de vendas		
Mercado interno	445.172	564.991
Mercado externo	46.662	40.040
Impostos sobre vendas	(101.773)	(130.608)
Outras deduções	(3.147)	(4.730)
Receita líquida das vendas	386.914	469.693

21. **Informação sobre a natureza dos custos e despesas gerais e administrativas reconhecidas na demonstração do resultado**

	2020	2019
Matérias-primas e materiais de consumo	231.335	310.139
Salários e benefícios a empregados	28.217	30.450
Despesas de manutenção	13.405	14.225
Depreciação e amortização	11.108	10.454
Despesas de transportes	15.942	19.620
Outros custos e despesas	25.594	17.644
	325.601	402.532
Custo dos produtos vendidos	280.488	357.886
Despesas com vendas	22.267	25.727
Despesas gerais e administrativas	22.654	18.732
Honorários do pessoal-chave da administração	192	187
Total de despesas por natureza	325.601	402.532

22. **Outras receitas (despesas) operacionais**

	2020	2019
Outras receitas operacionais	-	-
Créditos tributários (a)	21.783	5.954
Ganho liquidação energia (b)	25	3.350
Venda de imobilizado	197	698
Vendas de materiais diversos	804	341
Outras receitas	496	982
	23.280	11.325
Outras despesas operacionais	-	-
Comissões serviços	-	(2.399)

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras** - A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelo controle interno que ela determinar como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras** - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de

	2020	2019
22. Outras receitas (despesas) operacionais		
Custos na alienação e baixas do imobilizado	(11.104)	-
Outras despesas	(1.077)	(1.660)
	(12.181)	(4.059)
	11.099	7.266

(a) Créditos tributários, se referem, principalmente, a valores reconhecidos sobre a tutela provisória de evidência conquistada pela Companhia referente ao processo administrativo nº 2006.70.06.002956-4/PR que trata da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS. A Tutela em questão dá o direito à Companhia excluir o valor do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS sobre seu faturamento. (b) Ganhos na liquidação de energia refere-se à receita realizada no mercado de energia sobre o volume produzido disponibilizado na rede. A liquidação é calculada por perfil mediante a apuração das diferenças entre a modulação dos contratos de venda e da geração, após a aplicação das perdas sendo assim valorada a preço de liquidação das diferenças - PLD.

	2020	2019
23. Receitas e despesas financeiras		
Receitas financeiras	-	-
Rendimento de aplicações financeiras	4.451	102
Juros ativos	224	387
Descontos obtidos	87	115
	4.762	604

Despesas financeiras

	2020	2019
Atualização monetária do parcelamento fiscal (Nota 16 (a))	(179)	(425)
Juros e atualizações monetárias sobre empréstimos e financiamentos	(8.744)	(11.887)
IOF	(67)	(228)
Juros sobre mútuo	-	(9.157)
Perdas de aplicações financeiras	(1.774)	-
Outras despesas financeiras	(5.212)	(417)
	(15.706)	(22.114)
	(10.944)	(21.510)

24. **Instrumentos financeiros - a. Classificação contábil e valores justos** - A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	2020	2019
Ativos		
Ao valor justo	-	-
Outros investimentos mensurados a valor justo - nível 1 (nota 8)	62.977	-
Ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 7)	36.854	11.750
Outros investimentos mensurados ao custo amortizado (nota 8)	7.100	-
Contas a receber de clientes (nota 9)	53.355	65.069
Partes relacionadas (nota 12)	2.615	1.039
	162.901	77.858

Passivos

	2020	2019
Ao custo amortizado	-	-
Empréstimos e financiamentos (nota 15)	175.294	142.234
Fornecedores (nota 14)	82.747	80.772
Programa de recuperação fiscal (nota 16)	7.521	10.636
Partes relacionadas (nota 12)	9.956	59.413
	275.518	293.055

Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo - Técnicas de avaliação e inputs significativos não observáveis - A tabela abaixo apresenta as técnicas de valorização utilizadas na mensuração dos valores justos de Nível 1 para instrumentos financeiros no balanço patrimonial. Tipo: Ações e fundos de investimento. Técnica de avaliação: Técnica de comparação de mercado. O modelo de avaliação é baseado em múltiplos de mercado derivados de preços cotados das empresas e fundos de investimentos. **Inputs significativos não observáveis**: Não aplicável. **Relacionamento entre os inputs significativos não observáveis e mensuração do valor justo**: Não aplicável. b. **Estrutura de gerenciamento de risco** - A administração da Companhia tem a responsabilidade global sobre o estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de risco da Companhia. As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de suas operações: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado.

(i) **Risco de crédito** - Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. Os valores contábeis dos ativos financeiros e ativos de contrato representam a exposição máxima do crédito. *Contas a receber* - A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em seu contas a receber. A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vendidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2020	2019
Contas a receber de clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	227	1.435
Grupo 2	21.199	24.244
Grupo 3	33.638	39.390
	55.064	65.069
Total de contas a receber de clientes		
Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses). Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) sem inadimplência no passado. Grupo 3 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses) com alguma inadimplência no passado. Durante o exercício de 2020 a Companhia reconheceu perda por redução ao valor recuperável de contas a receber no montante de R\$ 91 (R\$ 1.386 em 2019) referente a títulos considerados <i>incobráveis</i> na avaliação da administração. Títulos de dívida - O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha, consideradas de baixo risco. (ii) Risco de liquidez - É o risco da Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descaçamento de prazo ou de volume entre		

	2020	2019
Total de empréstimos e financiamentos (Nota 15(a))	175.294	142.234
Total de parcelamento fiscal (Nota 16)	7.521	10.636
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	(36.854)	(11.750)
Menos: outros investimentos (Nota 8)	(70.077)	-
Divida líquida	75.884	141.120
Total do patrimônio líquido	143.088	88.330
Total do capital	218.972	228.450
Índice de alavancagem financeira %	35	62

DIRETORIA

Marcelo Podolán Lacerda Vieira

Diretor Presidente

CONTADOR / PROCURADOR

Edimar Roberto Rauber

CRC-PR 064185/O-9 - CPF: 028.678.449-16

os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros. A tabela a seguir apresenta os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa futuros, que incluem os juros a incorrer, motivo pelo qual esses valores podem não ser conciliados com os valores divulg